

# ACUMULAÇÃO NUM CONTEXTO DE LÓGICAS E DINÂMICAS NEO-PATRIMONIAIS. O CASO DA ARPONE EM XAI-XAI

Sérgio Chichava

## INTRODUÇÃO

Por diversas vezes, já foi demonstrado que a actual elite política dirigente moçambicana ligada ao partido Frelimo tem usado o controlo e o acesso ao Estado ou a influência político-partidária para se auto-enriquecer, fragilizar os partidos da oposição ou para tirar outro tipo de vantagens. Ser membro do partido Frelimo ou ser alto funcionário do Estado, – o que sempre vai de par com ser membro da Frelimo – parece ser o caminho certo para obter diversos privilégios nomeadamente participação em empresas, acesso fácil à terra, ao crédito, entre outros.

Através do exemplo da Associação dos Agricultores e Regantes do Baixo Limpopo (ARPONE), constituída por um grupo de cidadãos moçambicanos em 2008, na cidade de Xai-Xai, província de Gaza, com o objectivo de desenvolver agricultura no bloco de Ponela no Regadio do Baixo Limpopo (RBL), pretende-se mostrar como a elite estatal e frelimista continua a servir-se da sua posição privilegiada para beneficiar dos diferentes projectos de desenvolvimento em detrimento da maioria. Para entender este processo, analisar-se-á a participação da ARPONE num projecto de produção de arroz em Ponela, a sua relação com duas empresas chinesas, Hubei Lianfeng Mozambique Co., LDA (HLMO, CO, LDA) e Wanbao Africa Agriculture Development LDA (WAADL), que também estão a produzir arroz no mesmo regadio e com a RBL, empresa pública gestora do regadio com o mesmo nome.

Dividido em três partes, o artigo tem como base entrevistas realizadas em Xai-Xai, entre 2012 e 2013, aos membros da ARPONE, a funcionários da empresa RBL e aos gestores das empresas HLMO, CO, LDA e WAADL. A primeira parte procura

mostrar como a elite política moçambicana ligada à Frelimo tem usado o Partido e o Estado como fontes de acumulação e de legitimação política. A segunda analisa a relação entre a ARPONE e as empresas chinesas HLMO, CO, LDA e WAADL. A terceira e última mostra como a elite frelimista constituiu a ARPONE para seu próprio benefício e como isso tem sido obstáculo à emergência de uma classe de agricultores moçambicanos fortes e independentes no Regadio do Baixo Limpopo.

## O PARTIDO E O ESTADO COMO FONTES DE ACUMULAÇÃO E DE LEGITIMAÇÃO POLÍTICA

Analisando as transformações políticas e económicas que estão a ocorrer em Moçambique desde os finais dos anos 1980, diversa literatura tem mostrado que a elite política local tem usado o acesso e o controlo do Estado para seu próprio benefício, ou seja, para realizar a sua acumulação primitiva e para se perpetuar no poder (Harrison, 1999; Hanlon, 2004; Dinerman, 2006). Este processo tem ocorrido de diferentes formas, como se pode ler neste extracto de Castel-Branco:

Investidores nacionais, particularmente os que investem em grandes projectos, ou pedem empréstimos bancários (o que é registado como empréstimos e não como IDN<sup>1</sup>), ou investem com “*capital político*”, isto é, com a sua capacidade de controlar o acesso a recursos naturais (água, terra, recursos minerais), de influenciar decisões, organizações, instituições (incluindo políticas, leis e pacotes de incentivos fiscais e outros), de antecipar projectos de infra-estrutura associados à exploração de recursos naturais e de “*facilitar*” o acesso dos investidores estrangeiros aos recursos naturais (Castel-Branco, 2011, p. 58).

É preciso sublinhar que vários dirigentes da Frelimo ou pessoas próximas a este partido foram os principais beneficiários do processo de privatização das antigas empresas estatais iniciado em 1987 no quadro das reformas económicas impulsionadas pelas instituições de Bretton Woods.

Reagindo a críticas vindas de diversos quadrantes contra o uso de posições estatais ou partidárias para o auto-enriquecimento, alguns dirigentes da Frelimo como o antigo ministro da defesa, Alberto Chipande, afirmam que têm direito a serem ricos ou a ter participações em empresas porque foi graças à Frelimo que Moçambique alcançou a independência (O País, 2009). Outros há, à semelhança do actual dirigente da Frelimo, Armando Guebuza, que afirmam que há os que criticam a riqueza dos dirigentes da Frelimo e que a consideram proveniente de actos ilícitos sem, no entanto, apresentarem provas, portanto, fazem-no por inveja (Domingo, 2004).

---

<sup>1</sup> Investimento Directo Nacional.

Como se disse, o Estado é também usado para fragilizar os partidos políticos da oposição, cooptando os seus membros e influenciando as elites locais a votarem na Frelimo e a mobilizarem a população a favor deste partido. Explicando as razões da ascensão política da Frelimo em Vunduzi, distrito de Gorongosa, província de Sofala, região outrora completamente dominada pela Renamo, Forquilha (2009) mostra que tal se deveu, em grande medida, à cooptação de alguns notáveis locais da Renamo, tal como se pode ver neste extracto de entrevista a um antigo delegado da Renamo por ele entrevistado:

“Durante a guerra [civil] fui uma pessoa importante para a Renamo... Eu mobilizava a população para apoiar os soldados da Renamo... Quando a guerra terminou em 1992, a Renamo disse para eu ser o delegado do partido a nível de todo o PADM de Vunduzi... Fiz muito trabalho para a Renamo em todas as campanhas eleitorais... até 2004. A Renamo sempre ganhou aqui em Vunduzi. Mas todo esse trabalho que fiz não foi reconhecido pela Renamo. A Renamo não me deu nada, nem sequer uma lapiseira, nem subsídio... uma vez, quando fui pedir subsídio para alimentar as minhas crianças, a Renamo disse-me que não tinha nada. Como eu via que não ganhava nada, decidi sair da Renamo em 2005. Fiquei um ano sem fazer política... em 2007 apresentei-me na Frelimo. Quando veio a ministra em 2007 aqui na Casa Banana, eu contei toda a minha história aos jornalistas e toda a gente aplaudiu. O administrador trouxe 5 litros de óleo, 2 sacos de arroz para a minha família... eu vi a diferença com a Renamo. Daí comecei a trabalhar para a Frelimo, a mobilizar as pessoas para se juntarem à Frelimo... muita gente que me conheceu como delegado da Renamo antigamente, ao ver-me a fazer campanha para a Frelimo, também abandonaram a Renamo e começaram a fazer campanha para a Frelimo. Hoje sou secretário da célula da Frelimo aqui em Muche” (Entrevistado por S. Forquilha, 2009).

Recorrendo à teoria neo-patrimonialista desenvolvida por Médard (1990, 1991), Van de Walle (2001) e Chabal e Daloz (1999) para caracterizar o funcionamento do Estado africano, Einar e Orre (2001), Forquilha (2009) e Forquilha e Orre (2011) designam ao tipo de práticas acima descritas de “neo-patrimonialismo”.

O conceito de neo-patrimonialismo deve necessariamente ser ligado ao conceito de patrimonialismo, inicialmente desenvolvido por Max Weber e retomado em seguida por muitos investigadores trabalhando sobre os países em vias de desenvolvimento. Weber utilizava a expressão para designar um estilo específico de autoridade nas chamadas sociedades tradicionais, onde o senhor ou *Big Man* dominava essencialmente graças ao seu poder e prestígio pessoal. Os dominados eram tratados como partes integrantes do seu património individual. Largamente personalizada, a autoridade era mais determinada pelas preferências do *Big Man* do que pelo sistema de justiça. Mas, como a sobrevivência do *Big Man* dependia da estabilidade política, este recorria à distribuição e redistribuição selectivas de favores e benefícios materiais aos seus seguidores que constituíam a sua clientela. O patrimonialismo distingue-se do neo-patrimonia-

lismo no sentido de que se trata de um sistema primitivo de gestão baseado puramente em relações e regras informais, diferenciando-se também de um sistema burocrático legal racional, onde a autoridade repousa estritamente sobre regras formais.<sup>2</sup> Por sua vez, o neo-patrimonialismo é um fenómeno moderno ou uma forma moderna de patrimonialismo, que contrasta com o patrimonialismo clássico estudado por Weber.

De acordo com Médard (1990, 1991), por neo-patrimonialismo deve entender-se a relativa ausência de distinção entre a esfera pública e a esfera privada, tendo como denominador comum algumas práticas, nomeadamente a corrupção, seja ela puramente económica, seja ligada a uma troca social ou ainda o clientelismo, o nepotismo, o tribalismo. Ou seja, o neo-patrimonialismo é a coexistência de práticas de dominação patrimonial e da legal racional. Segundo este autor, esta distinção é relativa porque, numa gestão neopatrimonial, há um princípio de diferenciação formal e subjectiva entre a esfera privada e a esfera pública, característico de todo o sistema burocrático legal racional. Mais do que falar de uma confusão absoluta entre a esfera pública e privada, deve falar-se de um grau variado de confusão.

Entretanto, para Cahen (2011), quando o que está em causa não é a mistura da esfera privada e estatal dentro do Estado, mas sim o uso do Estado para fragilizar a oposição política cooptando os seus membros através da concessão de certos privilégios, como, por exemplo, no caso do administrador da Frelimo e do antigo delegado da Renamo em Vunduzi, estamos em presença de “estatismo clientelista” (*statism clientelist*), que é uma das variantes específicas do neo-patrimonialismo. Segundo Cahen (2011, p. 4), “neste caso, não há um neo-patrimonialismo típico-ideal na medida em que o administrador local não recebe nenhum benefício pessoal em troca deste presente, mas apenas o reconhecimento dos seus superiores estatais pelo seu sucesso na implantação do partido Frelimo nesta área remota de influência da Renamo. Ao mesmo tempo de “estatismo clientelista” em relação ao antigo delegado da Renamo que recebe “arroz e óleo” e de neopatrimonialismo em relação à Frelimo que graças aos meios do Estado coopta o antigo delegado da Renamo”.

## A ARPONE, HLMO, CO, LDA, WAADL E A FRELIMO

Como já referido, os principais actores do regadio do Baixo Limpopo, em particular do bloco de Ponela, são a ARPONE, a empresa pública RBL as empresas chinesas HLMO, CO, LDA, (2007-2011) e WAADL.

<sup>2</sup> Para mais detalhes ver Weber (1968).

Reabilitado a partir de 2006 e terminado em finais de 2007 graças a um financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Regadio do Baixo Limpopo (RBL) é o segundo mais importante de Gaza depois do de Chókwè. Para gerir o regadio, foi constituída a empresa pública RBL através do decreto 5/2010 (Decreto n.º 5/2010).

Era preciso acautelar que a parte reabilitada do regadio não ficasse apenas em mãos de investidores estrangeiros, ou seja, que os moçambicanos também pudessem beneficiar dele. É neste sentido que se deve entender a emergência da ARPONE, uma associação constituída por um grupo de moçambicanos que se organizou de modo a usufruir do regadio de Xai-Xai, mais concretamente no bloco de Ponela.

Portanto, a expectativa era grande por parte das autoridades moçambicanas que esperavam um ganho da parceria com os chineses, como se pode notar neste pronunciamento do primeiro-ministro de Moçambique, Aires Ali, em Dezembro de 2011, onde incitava os moçambicanos a aproveitarem-se do regadio de Xai-Xai para aumentar a produção “*através do uso de conhecimentos e técnicas resultantes da cooperação entre Moçambique e a República Popular da China*” (AIM, 2011). A ideia era, que graças aos conhecimentos dos chineses, a produtividade dos moçambicanos passasse das actuais quase três toneladas por hectare para cerca de dez toneladas (idem).

Constituída em 2008, e reconhecida juridicamente em 2010, a ARPONE tem como objectivo oficial “*a exploração agrícola, pecuária, desenvolvimento da mecanização bem como a defesa de interesses dos seus associados a partir do esquema do regadio de Xai-Xai (bloco de Ponela)*” (Despacho do Governo da Província de Gaza/2012). Neste momento, a principal actividade da ARPONE é o cultivo e o plantio de arroz numa área de 285,5ha, atribuída pelo governo de Moçambique através de um concurso público.

Para desenvolver a agricultura, a ARPONE conta, entre outros, com a ajuda dos chineses segundo o acordo firmado entre o governo de Moçambique e o governo chinês através das províncias de Gaza e de Hubei em 2007. Renovado em 2008, a este acordo atribuída à empresa HLMO Co., LDA, 300ha e previa, entre outros, (i) *apoiar as comunidades locais no incremento da produtividade agrícola com base em transferências de tecnologias...*; (ii) *no processo de transferências de tecnologias e apoiar as comunidades locais a aceder a créditos específicos monetários ou em espécie para a agricultura...* (DPAG, 2008).

Entretanto, isto não chegou a acontecer por razões de vária ordem, dentre as quais se pode destacar duas: primeiro, porque a transferência de tecnologia chinesa

para os agricultores moçambicanos não é gratuita, tem de ser paga, e a maior parte dos agricultores da ARPONE não possui capacidade financeira. Com efeito, toda e qualquer actividade realizada pela HLMO Co., LDA tem de ser paga e, para pagar, é preciso aceder ao crédito bancário. *A época da “ajuda solidária” passou para a história. Hoje, a ajuda só funciona quando ligada à possibilidade de lucro; de fazer negócio.* É o conceito chinês de win-win. Com efeito, uma das auto-críticas que os chineses fizeram ao falhanço das suas políticas de ajuda dos anos 1970 e 1980 à agricultura africana foi que a maioria delas tinham falhado porque não era auto-sustentável (Bräutigam & Xiaoyang, 2009). O argumento actual sublinha que é imperioso ajudar a desenvolver a agricultura africana, mas essa ajuda não deve continuar a ser totalmente gratuita e apenas dependente de financiamento chinês, os africanos devem participar. Entretanto, os acordos entre os dois governos pecavam por não especificar as modalidades da transferência da tecnologia chinesa para os agricultores moçambicanos nem qual é o conceito de transferência de tecnologia ou ainda quais eram os direitos e as obrigações dos agricultores moçambicanos perante a HLMO CO, LDA. Igualmente, os acordos nada diziam sobre como a empresa chinesa devia apoiar as comunidades locais a aceder a créditos!

A tabela a seguir adaptada a partir de um acordo assinado entre a ARPONE e a HLMO Co., LDA em 2011 para assistência técnica dá uma ideia dos custos inerentes à obtenção de tecnologia chinesa.

**TABELA 1** CUSTO DA ASSISTÊNCIA DA HLMO CO., LDA

Actividade	Custo (mt/\$)
Assistência na abertura de valas	5 000 mts p/m
Nivelamento de solos	3 000 mts/m
Fornecimento de sementes	24 mts/kg
Assistência no processo de sementeira	Não indicado
Fornecimento e aplicação de herbicidas	3000 mts/m
Ceifa e debulhas mecânicas	3000 mts/ha
Transporte do arroz do campo para a fábrica	1 000 mts/ha

FORTE: ARPONE, 2011

O segundo aspecto tem que ver com as dificuldades de acesso ao crédito bancário por parte da maior parte dos agricultores da ARPONE. Para atribuir crédito, os bancos comerciais precisam de garantias que muitos agricultores da ARPONE estão longe de satisfazer. Das poucas vezes que conseguem ter acesso ao crédito, este é

sempre concedido fora da época consagrada ao plantio do arroz. Isto tem conduzido a enormes perdas, pois invariavelmente coincide com a época das pragas de pássaros e ratos. Estas dificuldades de acesso ao crédito levaram à desistência de alguns agricultores e ao endividamento da quase maior parte deles.

É preciso sublinhar que, mesmo se os agricultores da ARPONE tivessem capacidade financeira para pagar a assistência técnica chinesa, a HLMO Co., LDA não teria tido capacidade material para lidar com todos eles ao mesmo tempo. Aliás, ao longo dos três anos em que esteve em actividade, nem capacidade para explorar os 300ha que lhes tinham sido concedidos pelas autoridades moçambicanas teve (Tabela 2).

**TABELA 2** EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ARROZ HLMO CO LDA (2007-2010)

Campanha	Área (hectares)	Produtividade (toneladas/hectare)	Produção (toneladas)
2007/2008	20	9	180
2008/2009	30	9	270
2009/2010	40	9,5	380

FONTE: DPAG, 2010.

No seu informe, a Direcção Provincial de Agricultura de Gaza (DPAG) reconhecia, entre outros, que a HLMO CO LDA não estava a transferir tecnologia aos camponeses locais como tinha sido combinado e recordava também que a extensão da área de cultivo da HLMO CO LDA dependia da capacidade desta empresa em mostrar se conseguia usar a actual área, conforme estipulavam os acordos oficiais.

Isto levaria à compra das acções da HLMO Co., LD pela WAADL, filial da Wanbao Grain & Oil Investment Limited, uma empresa privada mais virada para o agro-processamento e com mais poderio financeiro. Graças a este acordo, foi atribuída à WAADL uma área de 20 000ha por um período de 50 anos para a produção e instalação de fábricas de agro-processamento de arroz.

À WAADL foi incumbida a tarefa de continuar a trabalhar com a ARPONE, mas também com outro grupo de camponeses não filiados a esta organização. Estes camponeses estão a ser treinados em técnicas de produção chinesa a fim de que, mais tarde, lhes seja concedida terra dentro da área concessionada à WAADL, onde irão produzir arroz e vendê-lo em seguida a esta empresa, num sistema de produção sob contrato. Por esta razão, e diferentemente da ARPONE, a empresa chinesa é responsável pelo treinamento e concessão de terra a estes novos camponeses, que apenas irão pagar com a venda da sua produção à empresa. Porém, à semelhança da

ARPONE, estes camponeses também deverão recorrer ao crédito bancário a fim de realizar sua actividade agrícola.

## O ASSALTO DA ARPONE PELA ELITE DA FRELIMO E ESTATAL

É preciso sublinhar que nem todos os agricultores da ARPONE se podem queixar desta situação, havendo aqueles que ou nunca precisaram de crédito bancário ou, se dele precisaram, tiveram poucas dificuldades em obtê-lo, ou sempre foram capazes de pagar a assistência técnica dos chineses com meios próprios. Para entender isto, é preciso olhar para o perfil sociológico de algumas figuras fundadoras da ARPONE, bem como para alguns membros que apareceram num segundo momento para ocupar o lugar dos desistentes. O aspecto comum entre estes dois grupos é o facto de serem compostos por destacadas figuras do partido Frelimo e por altos funcionários do Estado ao nível da província de Gaza.

Dos membros fundadores da ARPONE, encontram-se figuras como um dos actuais vice-ministros da Administração estatal que, na altura da constituição da ARPONE, era 1.º Secretário Provincial da Frelimo na província de Gaza; familiares de altos dirigentes da Frelimo a nível provincial ou central; alguns vereadores da Assembleia Municipal de Xai-Xai, altos funcionários do Estado, em particular directores provinciais e secretários permanentes. Todos estes membros fundadores da ARPONE possuem, desde o início do projecto, uma parcela no regadio de Ponela onde têm desenvolvido as suas actividades agrícolas.

Ainda com o mesmo perfil, está um segundo grupo, composto pelos que, não aparecendo na lista de membros fundadores publicada no Boletim da República, fazem parte dos primeiros a obter terras aquando do processo inicial de selecção, e são quase todos membros do governo e do partido Frelimo ou altos quadros do Estado. Pode citar-se os casos de um irmão de um dos antigos presidentes da República, do actual secretário do comité da Frelimo em Conhane, bem como de um antigo Director da Cadeia provincial de Gaza.

O terceiro e último grupo é composto por pessoas que estão a obter parcelas nos Blocos de Ponela graças ao infortúnio de alguns membros da ARPONE que, desprovidos de meios e com pouca ou nenhuma ligação com o partido ou com o Estado, tiveram de abandonar o projecto. À semelhança dos outros, também este grupo de “substitutos é composto por membros do partido Frelimo ou altos funcionários do Estado. Podem citar-se aqui os casos do actual administrador do distrito de Gaza,

da actual secretária permanente do governo desta província; o director provincial da Agricultura, alguns funcionários da empresa RBL. Estes são os únicos que quase não têm tido problemas de maior na sua actividade, como ilustra esta afirmação de um agricultor que, entre outros, explica os prejuízos causados pela concessão tardia de crédito bancário:

“Se eu quero semear em Setembro, nesta altura do ano [Julho], tinha que ter feito a primeira lavoura para, em Agosto, fazer a segunda lavoura nos meados e, logo em Setembro, na primeira semana, fazer a gradagem e lançamento de sementes... pronto marrachamento e começar a fazer a rega. Em Outubro, Novembro e Dezembro. Em Janeiro estou a preparar-me para tirar o arroz; se agora, em Fevereiro, eu tirar o arroz, no máximo dos máximos em Março já não tenho arroz. Olha, vou dizer-lhe, a Sra. esposa do Governador não teve problemas de pássaros, o Sr. Eng. X não teve problemas de pássaros, porque semearam a tempo e horas e tiraram o seu arroz antes dos pássaros.

P: E o Sr. Á?

R: Não, também não teve problemas de pássaros. Teve um pouquinho na primeira semana, só isso. Porque semearam a tempo e horas. Só isso.

P: e a dona P?

R: Teve um bocadinho só, ela teve um bocadinho. Também teve esse bocadinho por essa causa, das máquinas que estavam avariadas...

Conforme eu disse, eu ... ausentei-me sem ter pago os trabalhadores que estavam a guardar os pássaros, porque ainda esperava o Banco. Quando venho pagar, eles abandonam, porque pensam que se continuam a trabalhar para ter dinheiro vão ter o mesmo problema que tiveram. Mas eles, o primeiro secretário, o secretário permanente, o senhor administrador não têm esses problemas, de esperar o Banco, conseguir cativar os trabalhadores a tomar conta dos pássaros...” (E.M, entrevista com E.M., Xai-Xai, Julho de 2012).

É preciso sublinhar também que este grupo de “poderosos” dita a maneira como as coisas devem funcionar no regadio, como ilustra este testemunho de um funcionário da RBL, a propósito de um conflito de acesso à água no regadio:

“Nalguns casos temos estado a ter alguns conflitos com pessoas que tomam decisões nesta província. Para resolver o problema, vamos parar o funcionamento do regadio para embutir isto... há um que, vamos meter em todos, mas em particular neste. Isto mexe muito connosco. É um problema já antigo. Lembro-me que eu ainda não estava no regadio. Estava na direcção provincial na altura, tivemos que arranjar uma motobomba para resolver o problema. Portanto... criámos condições para a pessoa ficar independente. Pusemos uma motobomba na vala Ponela para a pessoa regar directamente e os outros poderem usar esta caixa. Neste ano controlamos o problema assim, mas agora achamos que temos que atacar a coisa.

P: Mas essa pessoa que disse... tem algum poder aqui?

R: Heee, ya, nós temos um regadio que tem funcionários, tem políticos, que tem todo o tipo de produtores, então é preciso lidar com isto” (Entrevista com A. L, Xai-Xai, Julho de 2012).

Igualmente, a maneira como os membros do Partido Frelimo e os altos funcionários do Estado conseguiram parcelas de terra em Ponela, no processo de substituição dos agricultores que se revelaram incapazes de desenvolver actividade agrícola em

virtude de não terem conseguido aceder ao crédito bancário, parece não ter seguido o que estava previsto pelo regulamento de selecção dos candidatos. Conforme anteriormente dito, do grupo dos candidatos a agricultores em Ponela, foram inicialmente seleccionados 46 e, aos que não foram seleccionados nesta fase, foi prometida futura selecção em caso de desistência ou infracção às regras por parte de um dos agricultores. O regulamento previa, entre outros, que os que não tinham sido seleccionados na primeira fase e que estavam na lista de espera seriam os prioritários em caso de abandono ou de incapacidade em usar a terra. Ora, a maior parte dos dirigentes da Frelimo ou funcionários da RBL que entraram nesta não constavam da lista de “espera”, como se pode ver nestas declarações:

“O que fizeram o secretário permanente provincial, depois do governador é ela, o que fez, qual foi o critério para o primeiro secretário provincial, qual foi o critério para o administrador, dono do território, não seguiu rigidamente nem escrupulosamente aquilo que está na lista.

P: E os outros agricultores que estão na lista de espera, o que acharam disso?

R: Outros agricultores estão zangados. Nós que não somos dirigentes estamos perto deles, isso eu sei que estão zangadas as pessoas, mas oh pá, o critério foi esse” (Entrevista com A. M., Xai-Xai, Maio de 2012).

Entretanto, a entrada em actividade da WAADL em 2012 em substituição da HLMO não alterou o *status quo*, tendo as elites políticas e burocráticas locais continuado a ser os principais beneficiários do projecto. Não admira que na marcha de 16 de Agosto de 2013, protagonizada pelos camponeses do Baixo Limpopo que se queixavam de usurpação de terras pelo projecto chinês, estes acusassem, entre outros, os altos dirigentes locais de estarem a beneficiar do projecto (FONGA, 2013).

Esta percepção é também partilhada pela empresa WAADL, para quem a hostilidade das populações locais em relação a este projecto tem que ver com a maneira como os dirigentes locais têm gerido o processo. Por exemplo, aquando do início das suas actividades, a WAADL pediu às autoridades para seleccionarem um grupo de camponeses que deviam beneficiar de treinamento em técnicas chinesas de cultivo de arroz e que futuramente beneficiariam do projecto vendendo a sua produção à empresa chinesa. Mas o processo de selecção dos camponeses não foi transparente, de acordo com a WAADL, o que explica, entre outros, as razões dos protestos dos camponeses:

“Dos 25 que nós pedimos, 23 vêm da cidade; apenas dois são daqui de Chimbonhanine [um dos locais abrangidos pelo projecto]. É por isso que temos este conflito. A RBL seleccionou pessoas que não eram daqui... Também eles não informaram o povo sobre o objectivo do projecto... o problema é deles, [d] o governo” (Entrevista com L. H., Xai-Xai, 15 de Agosto 2013).

Por isso, não é de admirar que o nome do Governador de Gaza, entre outros, tenha sido apontado pela população do Baixo Limpopo como sendo um dos que está a usurpar terra em parceria com os chineses da WAADL para benefício próprio (FONGA, 2013).

## CONCLUSÃO

Tendo como base a ARPONE, mostrou-se aqui essencialmente que a captura do projecto de produção do arroz no Regadio do Baixo Limpopo pela elite da Frelimo (i) impede o surgimento de uma classe de agricultores moçambicanos fortes e independentes e (ii) favorece o contínuo enriquecimento de um pequeno grupo graças a posições ocupadas no partido (Frelimo) e/ou no Estado.

A falta de apoio consistente por parte do Estado, aliada às dificuldades de acesso ao crédito, impede o surgimento de uma classe de agricultores em Ponela. Desprovidos de meios, com pouca ou nenhuma ligação com o Estado ou com o partido, os camponeses locais estão condenados a desaparecer ou a apenas servir de mão-de-obra para a empresa chinesa ou para a elite da Frelimo. A continuar assim, apenas a elite estatal e política, muitas vezes sem experiência e tempo para fazer agricultura, ficará em Ponela: só ela continuará a pagar pela assistência técnico-agrícola dos chineses em virtude da facilidade de acesso ao crédito bancário ou da possibilidade de utilização dos meios do Estado para realizar as suas actividades. Através deste exemplo, ficou uma vez mais provado que, actualmente, quem mais beneficia dos investimentos estrangeiros em Moçambique é apenas uma minoria. O exemplo da ARPONE em Ponela é um, de entre vários, que mostram que a “burguesia” moçambicana se forja à custa das suas ligações políticas e da captura do Estado, que ela gere a seu bel-prazer.

## REFERÊNCIAS

- AIM (2011) “Primeiro-Ministro convida empresários e jovens a explorarem oportunidades na agricultura”. *AIM*. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/agricultura/dezembro-2011/primeiro-ministro-convida-empresarios-e-jovens-a-explorarem-oportunidades-na-agricultura/> [Acedido a: 6 de Março de 2014].
- ARPONE (2011) *Contrato de Assistência Técnica e compra e venda*. Xai-Xai, Associação dos Agricultores e Regantes de Ponela.

- Bräutigam, D. & Xiaoyang, T. (2009) “China’s Engagement in African Agriculture: Down to the Countryside”. *The China Quarterly*. 199, 686-706.
- Cahen, M. (2011) “The Enemy as a model. Patronage as a crisis factor in constructing opposition in Mozambique”. *Oxpo Working Papers* n.º10. Oxford.
- Castel-Branco, C. (2010) “Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 19-109.
- Chabal, P. & Daloz, J.-P. (1999) *L’Afrique est partie! Du désordre comme instrument politique*. Paris, Economica.
- Decreto n.º 5/2010. *Boletim da República*. I Série, n.º11, 5.º Suplemento, de 23 de Março.
- Despacho do Governo da Província de Gaza/2012. *Boletim da República*. I Série, n.º 11, 2.º Suplemento. 15 de Julho.
- Dinerman, A. (2006) *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Post-Colonial Africa: The Case of Mozambique*. Milton Park and New York, Routledge.
- Domingo (2004) “Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos”. Maputo. Domingo, 28 de Novembro.
- DPAG (2008) *Acordo de Gemelagem específica para a área da agricultura entre a Direcção Provincial de Gaza e a Direcção de Administração das farmas estatais de Hubei (Hubei Lianfeng Mozambique CO,LDA), para a execução do projecto de produção agrícola alimentar no regadio de Xai-Xai*. Xai-Xai, Direcção Provincial de Agricultura de Gaza.
- DPAG (2010) *Informe do estágio de cooperação entre Moçambique e República Popular da China em Gaza*. Xai-Xai, Direcção Provincial de Agricultura de Gaza.
- Einar, B. & Orre, A. (2001) “Can a patrimonial democracy survive? The case of Mozambique”. *Forum for Development Studies* (2), 199-239.
- FONGA (2013) *Mais de 400 camponeses erguem enxadas e catanas para impedirem usurpação das suas terras pelos chineses*. Xai-Xai, Fórum de Organizações Não Governamentais de Gaza.
- Forquilha, S. (2009) “Reformas de descentralização e redução de pobreza num contexto de Estado-neo-patrimonial. Um olhar a partir dos conselhos locais e OIIL em Moçambique”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 19-48. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz> [Acedido a: 5 de Março de 2014].

- Forquilha, S. e Orre, A. (2011) “Transformações sem mudanças? Os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios Para Moçambique 2011*. Maputo, IESE. pp. 35-53.
- Hanlon, J. (2004) “Do donors promote corruption?: The case of Mozambique”. *Third World Quarterly*. 25 (4), 747-767.
- Harrison, G. (1999) “Corruption as ‘Boundary Politics’: The State, Democratisation, and Mozambique’s Unstable Liberalisation”. *Third World Quarterly*. 20 (3), 537-550.
- Médard, J.-F. (1991) “L’État néo-patrimonial en Afrique noire”. In: J.-F. Médard (ed.). *États d’Afrique Noire: formation, mécanisme et crise*. Paris, Karthala. pp. 323-353.
- Médard, J.-F. (1990) L’État neopatrimonialisé. *Politique Africaine*. (39), 25-36.
- O País (2009) “Somos ladrões porque estamos vivos?” Maputo. 4 de Agosto.
- Van de Walle, N. (2001) *African Economies and the Politics of Permanent Crisis: 1979-1999*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Weber, M. (1968) *Economy and Society*. New York, Bedminster Press.